



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## PELA RESTAURAÇÃO DO BRASIL EM SEU DESTINO DE GRANDEZA

DISCURSO PROFERIDO NA CIDADE DE PETROLINA, PERNAMBUCO, A 9 DE MAIO DE 1968, POR OCASIÃO DE VISITA AO SISTEMA HIDRELÉTRICO DE PAULO AFONSO.

Estou voltando ao Nordeste para manifestar, mais uma vez, a preocupação do Governo Federal com os diferentes problemas desta Região e, uma vez mais, demonstrar que essa preocupação se traduz por trabalho constante em favor dos nordestinos.

Quando transferi a cúpula do Poder Central para Recife, evidenciei por atos concretos o nosso empenho em dar solução a questões básicas de desenvolvimento industrial. Pouco depois, comparecia a Mossoró para entregar à população daquela generosa cidade do Rio Grande do Norte uma obra pública pela qual ela esperava através de muitos decênios e de cuja natureza participa o empreendimento que me traz agora a Petrolina.

Nesta Cidade, situada em região árida, conquistada e mantida pela pertinácia que caracteriza o homem do Nordeste, estamos demonstrando que o nosso Governo resolveu enfrentar, de modo sistemático, um dos problemas que vinham sendo descurados entre nós, a despeito de já haver sido elevado, em tantos outros países, ao nível das principais questões da nossa era: o uso racional da água, em suas múltiplas utilizações, como elemento indispensável à vida humana e como fator preponderante ao desenvolvimento dos povos.

Em Mossoró, mencionei o caso do Kuwait, que possui poços riquíssimos de petróleo, mas até 1950 era obrigado a buscar água, em navios, a centenas de quilômetros. Poderia ter citado o exemplo de Israel, em cuja consolidação como Estado de estrutura moderna e como nação de vigor impressionante a água representou o papel mais notável, emergindo do subsolo, pela mão sábia do homem, para transformar desertos em terras capazes de suprir generosamente as necessidades vitais do povo israelense. O símbolo da vara de Moisés convertia-

se no milagre moderno da ciência e da tecnologia, reproduzível onde quer que a vontade e a energia de uma nação encontrem no Governo aliado responsável e capaz.

Em épocas primitivas ou recuadas, o uso da água limitava-se ao consumo humano, aos cuidados de higiene e ao preparo dos alimentos. Nos tempos atuais, passou ela a ser indispensável à instalação das grandes indústrias, à produção de energia elétrica, ao desenvolvimento da agricultura através dos processos de irrigação, além de ser especificamente tratada para o abastecimento regular das cidades. O Brasil, com imensos potenciais, não poderia deixar de acompanhar os países mais desenvolvidos no aproveitamento de recursos técnicos que corrijam a dissipação de tão valiosa dádiva da Natureza.

Dentre as utilizações apontadas, avulta, sobretudo, no caso particular do Nordeste, a destinação da água para a irrigação, levada a efeito sob critérios apurados e em bases científicas. Já neste ponto, falo da água como elemento vital do trabalho de conservação do solo, que nos Estados Unidos teve em Hugh Harmond Bennett, verdadeiro apóstolo, um de cujos seguidores, o Dr. Walter Lewdermil, inscreveu o seguinte dever entre os mandamentos de seu apostolado:

«Protegerás teus campos contra a erosão e tuas florestas contra a fúria devastadora, impedindo que tuas fontes sequem e que tuas terras sejam destruídas pelo fogo, para que teus descendentes tenham abundância para sempre. Se falhares, ou alguém depois de ti, na eterna vigilância de teus campos, eles serão transformados em solo estéril e pedregoso, ou em grotões áridos. Teus descendentes serão cada vez menos numerosos, viverão miseravelmente e serão eliminados da face da Terra.»

O Brasil, embora reconhecendo a necessidade de se lançar nesse terreno, nada conseguira, em termo de real utilidade, continuando insignificantes nossas áreas irrigadas, em relação às nossas possibilidades. Mas, neste momento, segundo diretrizes adotadas pelo Governo o Ministério do Interior desenvolve enorme esforço, no sentido de elaborar projetos que permitam, em várias áreas do País, uma significativa mudança de orientação.

Advertido da oportunidade e da importância extraordinária de assunto, e tomando conhecimento de estudos realizados no âmbito desse Ministério, preconizei a obediência às seguintes normas, com vistas ao estabelecimento de uma Política Nacional de Irrigação:

1. Incremento dos estudos e das investigações de caráter nacional, para melhor conhecimento dos recursos hidráulicos, quer de superfície, quer de subsolo;

2. Utilização e distribuição racional das águas da superfície e do subsolo, para que sejam usadas em regiões onde se obtenham maior benefício social, levado sempre em conta o sentido econômico;

3. Preparação de recursos humanos para os trabalhos de irrigação, desde o planejamento inicial até o uso final da água;

4. Obtenção de financiamentos internos ou externos para atender à implantação dos sistemas de irrigação, com prioridade;

5. Elaboração de legislação adequada e criação de um organismo federal próprio à Política Nacional de Irrigação, para dar continuidade à ação governamental, no sentido de incrementar o aproveitamento correto das águas disponíveis em atividades produtivas, tanto nos grandes e médios sistemas como na pequena irrigação, de forma a atender a determinados grupos populacionais rurais, economicamente débeis e carentes de trabalho para ocupação da mão-de-obra local;

6. Concessão de estímulos à agricultura, de modo a dar-lhe tratamento semelhante ao que é dispensado à indústria, mediante facilidades bancárias e outros incentivos, estimulando-se a mecanização de suas ferramentas de trabalho.

Com essa decisão está seguro o Governo de que os objetivos em mira serão atingidos: satisfazendo-se, em maior escala e a menor custo, as necessidades de produtos alimentícios, oriundos do setor agrícola, em benefício dos demais setores; criando-se novas fontes de trabalho, com o aproveitamento da mão de obra rural; reduzindo-se o fluxo populacional do interior para os centros urbanos; obtendo-se um desenvolvimento mais equilibrado, em benefício do setor rural; e capacitando-se o País para ser um gerador e exportador permanente de produtos agrícolas, como esforço coadjuvante da entrada de divisas estrangeiras.

Considero oportuno, para concluir, ressaltar que a presente deliberação governamental marca o início de uma nova era para a vida rural do homem brasileiro, através do incremento e de uma maior racionalização da produção agrícola.

Estas obras iniciais constituem o marco de uma nova experiência para capacitar a técnica nacional e estabelecer novos projetos de irrigação, cada vez mais amplos e mais perfeitos, eliminando-se as deficiências iniciais e criando-se nova mentalidade, quer para governantes, quer para governados.

Essa a decisão que considero indispensável trazer hoje ao conhecimento do povo brasileiro, para que, devidamente motivado e preparado, possa participar dos empreendimentos que serão levados a termo, pelo Brasil afora, e ampliar cada vez mais a nossa capacidade de contribuir ativamente para a solução dos problemas resultantes da crescente expansão demográfica.

Que o homem do campo, pela ação de Governo e pela correta atuação dos órgãos federais, seja despertado na esperança por melhores dias, e o Brasil se restaure em seu verdadeiro destino de grandeza, pelo trabalho conjunto de todos os brasileiros.»